

Declara-se o estado de emergência na rede estadual de ensino: o Estado está *comprando* 55 mil vagas na rede particular, para as crianças que não conseguiram matricular-se na rede pública; e vai alugar dois prédios para abrigar cerca de 2 mil alunos que não teriam onde estudar.

É uma solução provisória, e é melhor isto do que nada. Mas o fato deveria servir de alerta para o estado a que chegou a educação pública no Estado do Rio. Ao preço real das mensalidades — que o governo diz que vai pagar —, quanto não custarão essas 55 mil vagas?

Mais do que nunca, torna-se obrigatória uma revisão completa do assunto. Qual é o balanço final da experiência dos Cieps? A idéia, neste caso, era manter a criança na escola pelo maior tempo possível. Mas o colapso da rede pública parece ter sido apressado por um projeto que só podia dar atendimento a uma pequena parcela do total.

Enquanto se construíam os Cieps, as escolas

tradicionais parecem ter completado o seu ciclo de degenerescência. Intensificou-se, também, a confusão no quadro de professores. Calcula-se que existem hoje cerca de 10 mil professores fora de aula, no Rio de Janeiro, *emprestados* para outras funções.

O custo final desaba sobre a população estudantil. Antes que o governo tomasse a decisão de *comprar* vagas, estavam ocorrendo cenas patéticas, de pais sem poder aquisitivo que tentavam matricular seus filhos em escolas particulares, desanimados de vê-los entregues a um ensino público totalmente desorganizado.

Um ensino público ao menos razoável talvez seja o primeiro degrau de um sistema político democrático. Este é um serviço que o Estado tem obrigação de prestar — tanto mais quanto a falta de educação é o principal problema brasileiro. Espera-se que às providências agora tomadas se sigam outras, de caráter mais estruturado, que retirem a educação de um estado de crise permanente.